

# Novas evidências acerca da questão distributiva pós-Plano Real

Fernando Augusto M. Mattos<sup>1</sup>  
José Celso Cardoso Júnior<sup>2</sup>

## Resumo

*O objetivo deste artigo é avaliar os condicionantes da evolução do perfil de distribuição de renda a partir da implementação do Plano Real. Em primeiro lugar, pretende-se apenas descrever as alterações ocorridas na evolução dos rendimentos médios do trabalho e dos perfis de distribuição da renda do trabalho desde 1994, procurando comparar estes dados com os de anos imediatamente anteriores ao plano. A seguir, pretende-se avaliar o efeito que a adoção do Plano Real teve sobre os resultados descritos no item anterior, procurando investigar as causas das mudanças diagnosticadas pelo estudo de alguns indicadores de renda selecionados. Por fim, dadas as conclusões adiantadas nas primeiras partes do texto, deveremos avaliar quais as perspectivas que se colocam para a trajetória do perfil distributivo brasileiro.*

## Introdução

A implementação do Plano Real completou seu quinto aniversário no dia primeiro de julho de 1999. Apesar da crise cambial ocorrida no início de 1999, que provocou alguns movimentos ascendentes nos principais indicadores de inflação durante o primeiro trimestre do ano, pode-se afirmar que a adoção do Plano Real foi coroada de êxito, até o momento, no que se refere à estabilização de preços – revertendo o processo de hiperinflação que havia marcado a economia brasileira desde, pelo menos, o final da década de 80 até os primeiros anos da década de 90.

Nos primeiros anos após a implementação do Plano Real, a economia brasileira iniciou uma trajetória de crescimento que promoveu, nos meios jornalísticos e acadêmicos, a volta do debate sobre a questão distributiva

---

<sup>1</sup> Doutorando – UNICAMP. Instituto de Economia (IE). E-mail: <fermatt@ibm.net>.

<sup>2</sup> Mestre – UNICAMP. Instituto de Economia (IE)/Técnico de Pesquisa e Planejamento – IPEA. E-mail: <jcardoso@ipea.gov.br>.

brasileira,<sup>3</sup> que não vinha sendo colocada “na ordem do dia” durante o período de vigência de inflação alta, quando questões conjunturais ocupavam maior espaço no debate econômico. O sucesso no controle do processo inflacionário suscitou a expectativa de que, com o crescimento econômico, os deteriorados perfis distributivos brasileiros poderiam finalmente ser melhorados. Os primeiros resultados revelados pelos indicadores de rendimentos, assim como a ampliação do consumo, logo depois que a nova moeda entrou em vigor, provocaram otimismo em analistas que associavam a estabilização inflacionária diretamente ao crescimento econômico e à distribuição de renda.

Entretanto, após dois anos de taxas de variação do PIB relativamente elevadas, a economia brasileira passou a apresentar dificuldades cada vez maiores para crescer, sendo até provável que, em 1999, tal indicador apresente resultado negativo.<sup>4</sup> Além disso, a evolução do mercado de trabalho brasileiro revela que os indicadores de emprego, desemprego e rendimentos têm apresentado resultados bastante decepcionantes, revertendo melhorias que haviam sido obtidas no imediato pós-Real.

O objetivo deste texto é avaliar os condicionantes da evolução do perfil de distribuição de renda a partir da implementação do Plano Real. Em primeiro lugar, pretende-se apenas descrever as alterações ocorridas na evolução dos rendimentos médios do trabalho e dos perfis de distribuição da renda do trabalho desde 1994, procurando comparar estes dados com os de anos imediatamente anteriores ao plano. A seguir, pretende-se avaliar o efeito que a adoção do Plano Real teve sobre os resultados descritos no item anterior, procurando investigar as causas das mudanças diagnosticadas pelo estudo de alguns indicadores de renda selecionados. Por fim, dadas as conclusões adiantadas nas primeiras partes do texto, deveremos avaliar quais as perspectivas que se colocam para a trajetória do perfil distributivo brasileiro.

---

3 Antes da década de 90, a última vez que a problemática da distribuição de renda esteve presente de forma consistente no debate econômico foi durante o período imediatamente posterior ao chamado “Milagre Econômico” (1967/73) – quando a economia brasileira ostentou taxas de crescimento econômico bastante elevadas.

4 Em 1994, a taxa de crescimento real do PIB brasileiro foi igual a 5,8% e, em 1995, 4,2%. Estes foram os melhores resultados de tal indicador na década de 90, contrastando, porém, com resultados muito melhores que haviam sido obtidos na década de 80 (em 1985, por exemplo, o crescimento real do PIB foi de 7,9% e, em 1986, de 7,6%). A partir de 1996, as taxas de crescimento real do PIB foram de, respectivamente, 2,8, 3,7 e apenas 0,2%. Para 1999, muitos analistas têm previsto que a taxa pode ser negativa ou, na melhor das hipóteses, pouco acima de zero, como ocorreu em 1998.

A questão distributiva, conforme já afirmamos, esteve na ordem do dia na década de 70, quando foram divulgados os primeiros resultados do Censo realizado em 1970. Naquele período, diversos estudos foram publicados, os quais procuravam explicar o que havia provocado a piora do perfil distributivo brasileiro na década de 60. Tal debate continuou na década de 70, embalado pelo ambiente de prosperidade econômica então vivido no país. Neste artigo, faremos apenas alguns comentários sobre a evolução dos indicadores de distribuição de renda em décadas passadas, meramente com o intuito de contextualizar a discussão sobre a evolução dos indicadores de perfil distributivo pós-1994. Entendemos que o debate sobre a distribuição de renda travado durante o período de vigência do regime militar foi suficientemente analisado pela literatura econômica, razão pela qual consideramos que não é necessário repetir os principais argumentos que marcaram aquela controvérsia<sup>5</sup> no presente artigo.

## **1 A evolução do perfil distributivo brasileiro nas décadas de 70 e 80: um breve resumo dos resultados**

Nos anos 70, quando a economia brasileira passava por um período de crescimento notável (atingindo a taxa anual média de variação do PIB, na década, de cerca de 8,5%), o debate sobre a trajetória do perfil distributivo brasileiro ganhou notoriedade. O contexto político daqueles anos contribuiu de maneira decisiva para consolidar um modelo de crescimento econômico extremamente excludente – para comprovar tal argumento, basta lembrar que, embora o PIB per capita, na década de 70, tenha crescido à taxa média real anual de cerca de 4,5%, o salário mínimo real manteve-se praticamente estagnado. A economia brasileira dos anos 70 caracterizou-se por um crescimento sem precedentes, mas esta trajetória de crescimento, repetindo fenômeno que já vinha ocorrendo desde a segunda metade da década de 60, deu-se com piora do perfil de distribuição pessoal da renda (Tabela 1).

---

<sup>5</sup> Para uma revisão bibliográfica do debate sobre distribuição de renda nos anos 70, ver Langoni (1973), com uma defesa do modelo implementado pelo regime militar, e Tolipan & Tinelli (1978), que reúne artigos de diversos autores que se colocavam, à época, em oposição ao regime militar e à sua política econômica.

Tabela 1  
Distribuição de renda no Brasil  
Parcela da renda total apropriada por estratos populacionais – 1960/70/80  
(em %)

Percentual da população	1960	1970	1980
1% mais rico	n.d.	13,8	14,9
10% mais ricos	38,9	46,4	47,7
50% mais pobres	17,7	15,6	14,6
20% mais pobres	n.d.	3,8	3,4

Fonte: IBGE.

Nos anos 80 e nos primeiros anos da década de 90, a perda de dinamismo econômico e a inflação crônica provocaram nova deterioração do perfil distributivo brasileiro (Tabela 2), concomitantemente a uma diminuição anual média de cerca de 0,4% na renda real per capita. Nesse período, entretanto, o debate econômico esteve mais voltado às alternativas de políticas antiinflacionárias do que exatamente à questão da distribuição de renda, embora esta estivesse se agravando à medida que os reajustes salariais não conseguiam acompanhar a escalada descontrolada dos preços internos da economia. Tomando-se os anos extremos da década de 80, nota-se que ocorreu queda dos rendimentos médios reais de todos os estratos de renda do mercado de trabalho brasileiro, mas não com a mesma ênfase, sendo mais pronunciada nos decis inferiores da pirâmide distributiva (Tabela 3).

Tabela 2  
Distribuição pessoal da renda do trabalho – Brasil – 1981/1995  
(em %)

Grupos de renda	1981	1986	1990	1992	1993	1995
1% mais rico	12,1	14,0	13,9	13,1	15,5	13,4
10% mais ricos	44,9	47,3	48,1	45,1	49,0	47,1
50% mais pobres	14,5	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3
10% mais pobres	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0
Índice de Gini	0,564	0,584	0,602	0,575	0,603	0,592

Fonte: IBGE (PNAD), apud DIEESE (1995). Elaborada pelos autores.

Diante deste quadro, o Brasil consolidava-se como um dos países com pior distribuição de renda no mundo, inclusive se comparada a resultados de países com semelhante grau de desenvolvimento econômico (ou mesmo de inferior grau de desenvolvimento), conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 3  
Rendimento médio real dos ocupados e variação nos anos 80 – Brasil – 1981/90

Grupos de Renda	Rendimento médio real <sup>(1)</sup>			Variação do rendimento real		
	(em salários mínimos)			em %		
	1981	1986	1990	86/81	90/86	90/81
1% mais rico	33,50	47,94	29,77	43,1	-37,9	-11,2
10% mais ricos	12,44	16,20	10,30	30,2	-36,3	-17,1
50% mais pobres	1,32	1,51	0,88	13,8	-41,5	-33,4
10% mais pobres	0,26	0,33	0,17	28,6	-46,9	-31,7
Total	2,77	3,42	2,15	23,6	-37,4	-22,6

<sup>(1)</sup> Valores reais calculados em salários mínimos de outubro de 1981. Os valores nominais originais foram deflacionados pelo ICV–DIEESE (1 a 30 S.M.).

Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE (1995).

Tabela 4  
Distribuição pessoal da renda – países selecionados

Países	Índice de Gini <sup>(1)</sup>	Participação dos 10% mais ricos na renda <sup>(2)</sup>
Alemanha	28,1	22,6
Austrália	33,7	24,8
Bolívia	42,0	31,7
<b>Brasil</b>	<b>60,1</b>	<b>47,9</b>
Colômbia	57,2	46,9
Espanha	32,5	25,2
EUA	40,1	28,5
França	32,7	24,9
Guiné-Bissau	56,2	42,4
Peru	44,9	34,3
Suíça	36,1	28,6
Zâmbia	46,2	31,3

<sup>(1)</sup> Quanto maior o Gini maior é a concentração da renda.

<sup>(2)</sup> Participação percentual da renda dos 10% mais ricos no total da renda nacional.

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators* (1998); Washington, DC, *The World Bank* (1998). Dados de meados dos anos 90.

No início dos anos 90, o ambiente econômico marcado pela alta inflação passa também a sentir os efeitos da recessão provocada pelo Plano Collor. Tal combinação adversa provocou queda acentuada dos rendimentos reais do trabalho (Tabela 5), de tal forma que a problemática da distribuição de renda no Brasil tomou contornos ainda mais dramáticos.

Tabela 5  
Rendimento e salário real médio na Grande São Paulo – 1989/93  
Base-média de 1985 = 100

Anos	Ocupados	Assalariados
	Rendimento Médio real	Salário Médio real
1989	85,2	81,9
1990	71,0	68,8
1991	61,9	60,2
1992	56,2	58,0
1993	61,2	62,5

Fonte: SEADE/DIEESE (PED).

A implementação do Plano Real recoloca o debate sobre a distribuição de renda em novo contexto, marcado por uma estabilização inflacionária que não se verificava há décadas na economia brasileira. Entretanto, a questão distributiva ainda tem estado delimitada por diversas dificuldades, especialmente a partir do momento em que o crescimento econômico obtido logo após a introdução da nova moeda reverteu-se diante da ampliação da vulnerabilidade externa da economia brasileira, revelada a partir da crise asiática de 1997.

Nos itens seguintes, interpretaremos a evolução dos níveis e perfis de rendimentos do mercado de trabalho brasileiro, seus condicionantes macroeconômicos e as perspectivas da trajetória da distribuição da renda no Brasil.

## **2 A evolução do perfil distributivo após a implementação do Plano Real**

Existem diversas dificuldades relacionadas ao estudo que se pretende realizar neste item, qual seja, da evolução do perfil distributivo desde a implementação do Plano Real. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que tal estudo envolve questões estruturais, que não se alteram de forma acentuada em período de tempo tão curto. O decurso de tempo entre a implementação do Plano Real e o momento atual é relativamente curto para que sejam observadas alterações expressivas nos indicadores mais tradicionais de distribuição de renda. Ademais, os resultados explicitados pelos diversos indicadores da evolução do perfil distributivo não conseguem captar alguns efeitos do fenômeno da estabilização sobre os rendimentos do

trabalho e seu poder de compra, como por exemplo os efeitos do fim do chamado “imposto inflacionário” (pois a forma como os dados de rendimentos são coletados impede que tal fenômeno seja medido). Por fim, é importante ressaltar que as transformações econômicas deflagradas pela ruptura com a trajetória anterior da espiral inflacionária exigem que novos indicadores econômicos que não apenas os relacionados estritamente ao mercado de trabalho sejam incorporados no estudo que se pretende realizar, para que se possam interpretar de forma mais consistente as alterações provocadas no perfil distributivo brasileiro. A implementação da nova moeda veio acompanhada de importantes mudanças nas taxas de juros e de câmbio,<sup>6</sup> promovendo diversas alterações na base produtiva brasileira (Coutinho, 1997).

Começamos pelos resultados mais evidentes a respeito da evolução de indicadores de nível e perfil de renda de anos mais próximos a 1994.

Um primeiro fato que chama atenção é que as informações que já se encontravam disponíveis no ano de 1995 indicavam que havia ocorrido melhora na distribuição de renda logo após a implementação do Plano Real. Se tomarmos por base de comparação os dados do ano de 1993, como na Tabela 2, pode-se afirmar que houve uma diminuição do grau de desigualdade de renda no Brasil logo depois da adoção do Plano Real: enquanto, em 1993, o 1% mais rico detinha 15,5% da renda nacional, este mesmo estrato passou a deter 13,4% da renda nacional em 1995; da mesma forma, ampliando-se a análise para o estrato dos 10% mais ricos, verifica-se uma queda da parcela apropriada da renda nacional, entre 1993 e 1995, de 49,0 para 47,1%. Por outro lado, os 10% mais pobres detinham, em 1993, 0,7% da renda total do trabalho, e passaram a se apropriar de 1,0% em 1995. Estas informações são da PNAD (IBGE) e revelam que entre o ano imediatamente anterior à implementação do Plano Real e o ano imediatamente posterior a ela houve uma modesta melhora no perfil de distribuição da renda do trabalho no Brasil. Informações do IPEA confirmam a trajetória do perfil distributivo brasileiro descrita acima: a Carta de Conjuntura do IPEA de fevereiro de 1996 mostrava que, em 1994, os 20% mais ricos detinham 65,7% da renda do trabalho e passaram a deter 63,3% em 1995; enquanto isso, a parcela apropriada pelos 50% mais pobres, em 1994, era de 10,4%, saltando para 11,6% em 1995.

---

<sup>6</sup> Recomenda-se a leitura dos artigos reunidos no número especial (citado na bibliografia) da revista *Economia Aplicada*, da FIPE (FEA/USP) sobre esta questão específica.

O que merece ser ressaltado, tanto no que se refere aos dados do IBGE (Tabela 2), quanto no caso do citado trabalho do IPEA, é que a modesta melhora havida na distribuição pessoal da renda não foi, sequer, suficiente para repor a situação existente no início da década de 90 e, principalmente, na década de 80. Na Tabela 2, verifica-se que o índice de Gini em 1995 ainda é superior ao de 1992, um pouco inferior ao de 1990 e maior do que o índice do ano do Cruzado e o de 1981. Os dados do IPEA, por seu lado, revelam que o perfil distributivo, embora tenha melhorado de 1994 para 1995, encontra-se, neste último ano citado, pior do que em 1993, 1992 e 1991.

A Tabela 6 indica que, entre 1995 e 1997, a parcela da qual os 10% mais pobres se apropriavam em relação à renda total do trabalho manteve-se inalterada. Por outro lado, a parcela dos 10% mais ricos na renda total do trabalho, que já havia diminuído entre 1993 e 1995, continuou a reduzir-se entre 1995 e 1997 – embora com queda muito mais lenta. A parcela apropriada pelos 50% mais pobres também aumentou entre 1993 e 1997, o que parece confirmar uma ligeira mudança (para melhor) no perfil distributivo neste período. O que chama a atenção nos dados desta tabela, portanto, é o fato de que a melhora havida no perfil de distribuição de renda por estratos decílicos entre 1993 e 1995 foi mais expressiva do que a melhora ocorrida entre 1995 e 1996 e entre esse ano e 1997. Quando os dados da PNAD de 1997 foram divulgados, os resultados acima descritos sugeriam que, conforme nos afastávamos do ano de introdução da nova moeda, o processo de atenuação da concentração pessoal da renda ia perdendo fôlego.

A Tabela 7 mostra que, também no que se refere à distribuição funcional da renda, os resultados, pelo menos até 1996, foram positivos. Deve-se ressaltar, entretanto, que a parcela do valor adicionado que se destina às remunerações do trabalho está, em 1996, em um patamar ainda inferior à de 1990 e à de 1991.<sup>7</sup>

Tabela 6

Distribuição acumulada do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento do trabalho, em ordem crescente de rendimentos de todos os trabalhos – Brasil – 1986/97

---

<sup>7</sup> Os dados da Tabela 7, sobre distribuição funcional da renda, foram construídos a partir das informações das Matrizes de Insumo-Produto para os anos correspondentes. O procedimento consistiu simplesmente em ponderar as participações dos itens “Remunerações” e “Excedente Operacional Bruto” sobre o “Valor Adicionado” total em cada ano. Todos esses dados fazem parte dos quadros sobre “Composição do Valor Adicionado”, recentemente divulgados pelo IBGE juntamente com as Matrizes de Insumo-Produto.

Classes percentuais das pessoas	Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 a. ou mais, com rend. do trabalho (em %).						
	1986	1990	1992	1993	1995	1996	1997
Acumulado							
Até 10	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0	1,0	1,0
Até 20	3,1	2,6	2,6	2,4	3,1	3,1	3,1
Até 50	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3	13,6	13,7
Até 90	52,7	51,9	54,9	51,0	52,9	53,2	53,5
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD.

Tabela 7  
Distribuição funcional da renda <sup>(1)</sup>  
Repartição do valor adicionado (PIB ao custo de fatores)

Anos	Remunerações	EOB
1990	0,450	0,538
1991	0,420	0,573
1992	0,398	0,598
1993	0,384	0,592
1994	0,397	0,560
1995	0,406	0,551
1996	0,411	0,541

<sup>(1)</sup> Remunerações correspondem à soma de salários e contribuições sociais; Excedente operacional bruto corresponde aos ganhos do capital mais os rendimentos dos autônomos.

Fonte: Elaborada por J. Celso Cardoso (DIPOS/IPEA).

Tendo em vista os dados analisados até agora, uma primeira conclusão a que se pode chegar é que o Plano Real de fato provocou, em um primeiro momento, uma modesta melhoria no perfil de distribuição pessoal e funcional da renda, mas esta melhoria não foi suficiente sequer para restabelecer os indicadores do quadro de desigualdade já extremamente deteriorado do início da década de 90 (para não falarmos do patamar vigente no ano de 1986).

A análise da evolução recente do perfil distributivo feita até o momento pode tornar-se mais conclusiva se a ela acrescentarmos uma avaliação da evolução dos níveis de rendimentos médios reais por posição na ocupação. A Tabela 8 mostra que, de modo geral, já a partir de 1996 os ganhos reais dos rendimentos do trabalho começavam a perder força. De 1997 em diante (até o primeiro trimestre de 1999), consolida-se a tendência de queda que se insinuava já em 1996, sendo que em algumas posições na

ocupação os valores reais chegam inclusive a sofrer queda significativa nos meses mais recentes.

Tabela 8  
Número-índice do rendimento médio real por posição na ocupação –  
Seis regiões metropolitanas – 1991/99, com 1995=100

Anos	Com carteira	Taxa de var. anual (%)	Sem carteira	Taxa de var. anual (%)	Conta própria	Taxa de var. anual (%)	Empregadores	Taxa de var. anual (%)
1991	99,30		96,15		83,52		79,86	
1992	88,58	-10,80	77,09	-19,82	66,01	-20,96	61,09	-23,50
1993	97,59	10,17	83,64	8,49	74,16	12,35	72,14	18,09
1994	97,40	-0,20	87,55	4,68	83,26	12,27	93,27	29,30
1995	100,00	2,67	100,00	14,22	100,00	20,10	100,00	7,21
1996	106,35	6,35	105,35	5,35	105,88	5,88	100,28	0,28
1997	108,15	1,69	109,02	3,48	107,33	1,37	98,82	-1,46
1998	108,20	0,05	109,32	0,28	102,40	-4,60	101,64	2,86
1999 <sup>(1)</sup>	104,47	-3,45	110,97	1,51	96,54	-5,73	89,63	-11,81

<sup>(1)</sup> média jan./mar.

Fonte: IBGE, PME: agregado das regiões metropolitanas pesquisadas (SP, RJ, B. Horizonte, P. Alegre, Recife e Salvador).

É importante ressaltar que houve movimento diferenciado dos rendimentos segundo a posição na ocupação. De 1993 a 1995, os ganhos reais dos rendimentos dos trabalhadores por conta própria (e também dos empregados sem carteira de trabalho assinada e dos empregadores) foram expressivamente superiores aos dos empregados com carteira. A taxa de variação anual de 1996 (variação de 1996 em relação ao ano anterior), entretanto, mostra que os ganhos reais dos rendimentos dos dois tipos de empregados assalariados e também os dos autônomos foram semelhantes. A partir de 1997, a tendência anterior começa a se inverter. Neste ano, a variação do rendimento real médio dos empregados com carteira ultrapassa a do rendimento médio dos autônomos. A partir de 1998, a inversão da trajetória anterior se torna mais evidente: verifica-se uma significativa queda dos rendimentos reais médios dos trabalhadores por conta própria, enquanto ocorre uma estagnação do rendimento real médio daqueles “com carteira”; no primeiro trimestre de 1999, a queda dos rendimentos dos autônomos (e dos empregadores também) é maior do que a dos empregados com carteira.

Desta forma, o que se pode concluir dos dados até agora apresentados é que as respectivas trajetórias do nível de rendimentos e do

perfil distributivo apresentaram resultados positivos imediatamente após a implementação do Plano Real, mas estes não se sustentaram depois que passou o impacto inicial da estabilização inflacionária e do surto de aquecimento da demanda que se seguiu à introdução da nova moeda. Ademais, a trajetória dos rendimentos do trabalho comportou-se de forma diferenciada segundo posição na ocupação, com grande vantagem dos rendimentos dos por conta própria (autônomos), dos empregadores e dos trabalhadores empregados sem carteira em relação ao movimento dos rendimentos dos assalariados com carteira logo após a implementação do Plano Real. Destaca-se também que, quando os níveis de rendimentos médios reais passaram a desacelerar, a partir de 1997, ou mesmo a cair, a partir de 1998, foram exatamente os rendimentos dos autônomos (e dos empregadores) que mais sofreram impacto negativo.

Em suma, os dados acima apresentados revelam que os efeitos da implementação do Plano Real sobre os rendimentos da economia brasileira foram efêmeros, revertendo-se logo que esta economia sentiu os reflexos da crise asiática de 1997, quando a política econômica tornou-se restritiva ao crescimento do produto e quando os juros reais passaram a ser um instrumento de captação de recursos externos para fazer frente aos desequilíbrios da balança de pagamentos brasileira. Quando, em 1998, o surto recessivo se consolidou no cenário macroeconômico, acentuou-se a inclinação negativa dos rendimentos médios reais, que passaram, então, a se aproximar dos deprimidos níveis verificados no início desta década (Tabela 8).

Resta agora analisar, em primeiro lugar, quais foram as principais causas das alterações (para melhor) nos perfis e níveis de rendimentos ocorridas logo após a implementação do Plano Real e, a seguir, interpretar quais são os determinantes da inflexão negativa dos rendimentos médios reais do trabalho que tem sido verificada desde pelo menos meados de 1997.

### **3 Algumas explicações para a alteração do perfil distributivo pós-Plano Real**

A questão que se coloca após a avaliação preliminar dos resultados relacionados aos níveis e perfis dos rendimentos do trabalho desde a

implementação do Plano Real é a seguinte: o que provocou a ligeira melhoria inicial na distribuição de renda? Responder a esta questão não é importante por si só, mas também para poder avaliar se esta trajetória pode sustentar-se nos próximos anos, ou não, e por quê.

Para começar a responder a estas indagações, vamos lembrar de um fenômeno que tem ocorrido desde a implementação do Plano Real e que é bastante característico de planos de estabilização calcados em valorização cambial e abertura comercial.<sup>8</sup>

Trata-se da dispersão de preços relativos que ocorre nos primeiros meses dos planos de estabilização com âncora cambial. Quando o plano é implementado, a concorrência externa (provocada pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado) impõe aos produtos industrializados um rápido ajustamento aos níveis dos preços internacionais, sendo a partir de então mantidos relativamente estáveis. Por outro lado, os preços que não sofrem a concorrência externa, basicamente os preços de serviços prestados pelos chamados profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados etc.) ou os preços de serviços pessoais prestados por profissionais tais como os empregados domésticos, cabeleireiros, jardineiros, encanadores, etc., tendem ainda a manter uma trajetória de crescimento, por não estarem (evidentemente) submetidos à concorrência de serviços “importados”, mas sim sujeitos à interação entre a oferta e a demanda internas. O aquecimento da demanda, nos primeiros meses da estabilização, permitiu um aumento significativo dos preços destes serviços (e, portanto, da remuneração de seus prestadores).

Desta maneira, pode-se afirmar que o Plano Real provocou uma dispersão de preços internos da economia, a qual pode ser descrita pelo comportamento diferenciado dos vários índices de preços. Os índices que captam os efeitos da variação dos preços ao consumidor tendem a crescer mais do que os índices de preços por atacado, que carregam, em sua composição, um maior peso de produtos comercializáveis no mercado internacional. Portanto, *enquanto não se opera a convergência entre os preços dos não comercializáveis (“non-tradables”) e os preços dos*

---

<sup>8</sup> Sobre planos de estabilização da América Latina implementados na década de 90 e que possuem características gerais (câmbio que se valoriza, abertura comercial, reformas liberalizantes, etc.) semelhantes ao Plano Real, ver Frenkel, Damill & Fanelli (1996); ver também, Batista Jr. (1996) e artigos reunidos em livro organizado por Mercadante (1997a).

*comercializáveis (“tradables”),<sup>9</sup> tende a aumentar a participação da renda apropriada pelos vendedores de serviços na renda total criada na economia. Em outras palavras, os trabalhadores autônomos que prestam serviços que não estão sujeitos à concorrência do mercado externo beneficiam-se da dispersão de preços relativos (em favor dos bens e serviços *non-tradables*, que são vendidos por eles), pois a remuneração que obtêm pelo seu trabalho crescerá acima do aumento médio de preços na economia e também acima do eventual crescimento dos salários dos trabalhadores empregados nos setores industriais oligopolizados sujeitos à concorrência externa. O perfil distributivo do conjunto dos ocupados no mercado de trabalho nacional tende, portanto, a melhorar, pois os salários pagos aos trabalhadores empregados nestes setores industriais são mais elevados, em média, do que os rendimentos dos prestadores de serviços pessoais.*

Neste contexto, portanto, os salários dos trabalhadores da indústria, na moeda local, tendem a permanecer relativamente estabilizados, dado que as empresas, ante a abertura comercial, passam a ser submetidas a uma maior concorrência de preços e não têm como conceder reajustes salariais que possam ser repassados para o preço final de seus produtos. Junte-se a isto o fato de que, uma vez iniciado o plano de estabilização, as regras anteriores de indexação dos salários (especialmente da indústria, mas também do setor financeiro e do comércio organizado) deixam de existir, impedindo que os trabalhadores da indústria obtenham expressivos ganhos reais de salários. Por outro lado, os trabalhadores do setor produtor de *non-tradables* estão normalmente excluídos das normas legais e formais de contratação, não se submetendo, portanto, à rigidez a que passam a estar submetidos, após a implementação das mudanças de política salarial que se seguem ao plano de estabilização, os reajustes salariais dos trabalhadores com carteira assinada. Isto pode explicar parte das diferenças de crescimento dos rendimentos dos

---

<sup>9</sup> Conforme a estabilização inflacionária se consolida e os efeitos positivos que a própria estabilização gera no aquecimento do consumo (e portanto sobre a demanda interna) vão se atenuando, tende a ocorrer uma convergência entre os diferentes índices de preços. Esta convergência, porém, pode demorar muitos meses para acontecer. Na Argentina, por exemplo, o Plano de Conversibilidade, nos seus primeiros 24 meses, apresentou uma variação de 46% no IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e de apenas 7% no IPA (índice de preços por atacado). No Brasil, os primeiros dois anos do Real provocaram uma acumulação do INPC de cerca de 55% e de cerca de 30% no IPA. Artigo publicado pela revista *Conjuntura Econômica* (González, 1998) comenta a trajetória dos rendimentos e do perfil distributivo da Argentina pós-Plano de Conversibilidade de 1991 e revela resultados semelhantes aos que foram verificados no Brasil após a implementação do Plano Real.

trabalhadores com carteira em relação aos rendimentos dos trabalhadores sem carteira e, principalmente, dos trabalhadores autônomos (Tabela 8).

Na verdade, tal fenômeno não deve ser necessariamente interpretado como um fato positivo, pois resulta de um longo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nesta década, o qual tem sido agravado pelos efeitos macroeconômicos decorrentes da implementação do Plano Real (aumento das taxas de juros, desindustrialização, crescimento econômico pífio etc.), que foram deflagrados pelo longo período de valorização cambial e o decorrente aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira (Gonçalves, 1997).

Este processo de desestruturação reflete-se tanto em uma mudança na composição setorial do emprego (transferência de ocupados da indústria para os serviços) quanto na dinâmica das remunerações, pois o baixo grau de competitividade externa e o alto grau de informalidade das ocupações do terciário permitem a estes segmentos do mercado de trabalho apropriar-se de parcela maior da renda especialmente em momentos de aquecimento econômico acompanhado de desindexação salarial nos setores industriais tradicionais (conforme já mencionamos acima). Desta forma, opera-se uma diminuição dos diferenciais de rendimentos tanto entre os setores formal e informal (definidos segundo a posição na ocupação, como na Tabela 8), quanto na indústria em oposição aos serviços e ao comércio (Tabela 9).

Tabela 9  
Evolução do índice do rendimento médio real dos trabalhadores – Brasil – 1993/98  
Índice: 1993=100

Setor de atividade	Média de 1993	Média de 1994	Média de 1995	Média de 1996	Média de 1997	Jan. de 1998	Abr. de 1998	Jul. de 1998	Out. de 1998
Total <sup>(1)</sup>	100,0	105,8	116,7	125,4	127,7	130,5	126,7	125,4	127,4
Ind. transf.	100,0	102,7	108,8	115,4	116,5	118,3	114,5	114,6	117,0
Construção	100,0	103,3	122,0	133,4	136,2	137,4	123,3	126,3	129,8
Comércio	100,0	110,8	123,9	132,4	133,6	133,8	127,7	125,0	124,6
Serviços	100,0	106,7	118,4	129,1	131,9	135,5	132,7	131,1	134,3

<sup>(1)</sup> Séries dessazonalizadas, deflacionadas pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de SP, RJ, BH, P. Alegre, Salvador e Recife.

Fonte: Boletim do Banco Central.

Os setores industriais têm perdido cada vez mais peso relativo na geração de empregos urbanos, reflexo exatamente da perda de participação da indústria na composição da renda nacional, sendo então os setores do

terciário (serviços e comércio) os maiores empregadores da mão-de-obra migrante da indústria e portanto o setor cuja participação no PIB é a que mais cresce.<sup>10</sup> Por outro lado, as remunerações da indústria, onde predomina a inserção ocupacional dos empregados com carteira, tradicionalmente maiores que as do terciário, cresceram, pelo menos até meados de 1996, em ritmo e intensidade menores que as remunerações do comércio e dos serviços (ver Tabela 9), onde tem tido dominância a inserção ocupacional dos empregados sem carteira, empregadores e autônomos (trabalhadores por conta própria).

Em 1996, porém, as remunerações de trabalhadores do setor informal e do formal oscilaram “paralelamente”, e depois disso, houve uma retração dos ganhos reais dos rendimentos nos mercados de trabalho metropolitanos,<sup>11</sup> com a peculiaridade já comentada no item anterior, qual seja, a de que a trajetória dos rendimentos dos autônomos e dos empregadores foi ainda pior do que a verificada nos rendimentos dos trabalhadores com carteira. Em termos setoriais, os resultados parecem ter corroborado o comportamento dos rendimentos segundo posição na ocupação. Os dados da Tabela 9 mostram que, entre 1993 e 1996, os ganhos reais dos rendimentos médios de serviços e comércio superaram de forma destacada os da indústria, situação que começa a se inverter a partir de 1997.

Ou seja, enquanto a demanda interna esteve aquecida, houve uma recuperação importante dos rendimentos reais médios de trabalhadores inseridos no chamado setor informal da economia, tendo inclusive diminuído a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores com este tipo de inserção no mercado de trabalho e os salários dos trabalhadores com carteira assinada

---

10 Dados da PNAD/96 indicam redução de 2,3% (algo em torno de 1,6 milhão de pessoas) da população ocupada em relação aos dados de 1995, sendo que o setor agrícola expulsou 1,5 milhão de trabalhadores, principalmente mulheres e crianças de dez a 14 anos. O setor serviços, cuja taxa de crescimento da população ocupada havia sido de 5,1% ao ano entre 1993 e 1995, apresentou um crescimento de apenas 0,3% em 1996. Também o setor de comércio, que cresceu 3,8% entre 1993 e 1995, reduziu este ritmo para 0,4% em 1996. Mas estes resultados não vieram em benefício dos setores industriais, que em 1996 continuaram a perder postos de trabalho (queda de 1,7%). A construção civil, no entanto, foi o único setor a apresentar crescimento na ocupação, na ordem de 2,5%. Dados mais recentes, neste caso relacionados ao emprego formal, que foram divulgados pelo Ministério do Trabalho, apontam que esta transferência de mão-de-obra entre indústria e o terciário continua a se operar, mesmo entre os trabalhadores formalizados. Entre dezembro de 1996 e novembro de 1998, o nível de emprego formal na indústria de transformação brasileira caiu cerca de 5,4%; enquanto isso, no mesmo período, o estoque de emprego formal do comércio cresceu cerca de 0,8% e dos serviços cresceu cerca de 0,4% (dados não dessazonalizados).

11 Os dados das Tabelas 8 e 9 referem-se ao conjunto abrangido por seis regiões metropolitanas brasileiras (SP, RJ, BH, P. Alegre, Salvador e Recife) e representam uma amostra bastante significativa do mercado de trabalho urbano brasileiro.

e/ou os empregados da indústria. A partir do momento em que se instalou um cenário recessivo na economia brasileira, todos os segmentos do mercado de trabalho parecem ter sofrido um processo de redução de seus valores reais médios, o qual, entretanto, não se deu de forma equânime entre eles. Os segmentos que mais se haviam beneficiado do período de aquecimento da demanda foram exatamente os mais atingidos por perdas. Estas perdas foram de tal magnitude que os níveis dos rendimentos reais médios dos autônomos e dos empregadores já haviam retrocedido, no início de 1999, a patamares inferiores aos atingidos em 1995 (Tabela 8).

Certamente, uma das explicações para o comportamento diferenciado dos rendimentos do formal e do informal nos cerca de 24 meses que se seguiram à implementação do Plano Real é o fato de que os setores industriais, quando expostos à concorrência dos produtos estrangeiros, têm de manter seus preços em níveis competitivos internacionais, evitando o repasse dos ganhos de produtividade aos salários reais do pessoal ligado à produção. E isto é tanto mais possível de ocorrer quanto mais formalizados são os contratos de trabalho nestes segmentos da atividade econômica – especialmente em contexto de desindexação salarial. Mesmo a presença de sindicatos organizados nestes setores não tem conseguido fazer avançar suas reivindicações, em contexto de queda do emprego industrial, forte competição internacional e desalento da classe trabalhadora. Por sua vez, a informalidade das relações de trabalho cresce de maneira acentuada justamente no setor terciário, onde a ausência de competição externa permite (em contexto de demanda interna aquecida, como na partida do Plano Real) maior incremento das remunerações, ao mesmo tempo em que a ausência de controle institucional dos rendimentos do trabalho permite que estes setores possam se apropriar de uma maior parcela da renda gerada – pelo menos enquanto a demanda interna da economia está aquecida.

A observação conjunta do comportamento das remunerações entre os setores formal e informal, de um lado, e entre indústria e serviços/comércio, de outro lado, dá a impressão de que o grau de segmentação dos mercados de trabalho tem diminuído, quando, na verdade, é justamente a nova característica da segmentação que tem permitido este comportamento convergente das remunerações, tanto do ponto de vista setorial quanto no que se refere ao mercado de trabalho (formal/informal).

Feitas estas considerações, ficamos mais perto agora de entender as causas das modificações que a implementação do Plano Real promoveu sobre

o perfil distributivo do mercado de trabalho brasileiro. O fenômeno de melhoria do perfil distributivo brasileiro, verificado com maior intensidade entre 1993 e 1995, esteve relacionado à mudança de preços relativos promovida pela implementação do plano, caracterizado pelo câmbio valorizado e pela generosa abertura comercial. Existem evidências de que a enorme dispersão de preços relativos em favor dos preços dos *non-tradables* favoreceu uma parcela expressiva de trabalhadores de mais baixas rendas.<sup>12</sup> Estes trabalhadores são prestadores de serviços cujos preços não sofrem a concorrência das importações, ao contrário do que acontece com os produtos industrializados. Desta forma, a remuneração destes trabalhadores (normalmente autônomos) cresceu muito mais, entre 1993 e 1995, do que os salários dos empregados com carteira de trabalho assinada (Tabela 8). Também no que se refere ao corte setorial (Tabela 9), operou-se uma convergência entre os rendimentos dos trabalhadores inseridos de forma mais vantajosa no mercado de trabalho (de modo geral, na indústria) e aqueles de inserção menos privilegiada (serviços e comércio).

Este fenômeno, porém, começa a perder fôlego à medida que os índices de inflação que refletem preços ao consumidor e os índices que possuem, em sua composição, maior peso de produtos industrializados (IPA), passam a convergir, como normalmente acontece em planos de estabilização com as características do Plano Real.

A Tabela 10 mostra que esta convergência já está se operando desde meados de 1996, permitindo supor que *a dispersão de preços relativos, que é o fator explicativo mais importante para a melhoria do perfil distributivo do imediato pós-Real, já se mostra, pelo menos a partir de 1997, quase revertida, sendo que no final de 1998 fica claro que a dispersão de preços encontra-se já quase extinta.* Nesta tabela, estão relacionados vários índices de inflação, de diferentes composições, segundo seus valores acumulados nos últimos 12 meses terminados nos meses da coluna esquerda.<sup>13</sup>

---

12 Para uma avaliação da composição ocupacional dos estratos de renda da população ocupada, ver Mattos (1994). Os dados não são atuais (os dados mais recentes da dissertação são de 1989), mas podem fornecer, ainda para os dias de hoje, uma idéia bastante razoável de quem são os 10% mais pobres e os 10% mais ricos dos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Pode-se verificar, por exemplo, que é muito expressiva, em 1989, dentro do estrato dos 10% mais pobres do Rio de Janeiro, especialmente, mas dos 10% mais pobres de São Paulo também, a parcela de trabalhadores autônomos que prestam serviços pessoais ou serviços de reparação/conservação.

13 A opção por considerar a variação dos índices segundo os últimos 12 meses foi tomada para que os fatores sazonais não afetem as conclusões.

Tabela 10  
Inflação acumulada em 12 meses  
Diversos índices – média e desvio padrão – Brasil – 1995-1999  
(em %)

Período	INPC (IBGE)	IPC-SP (FIPE)	IPC-DI (IGP- FGV)	INCC (FGV)	IPA AGR (FGV)	IPA IND (FGV)	Média aritmética	Desvio- padrão
<b>1995</b>								
Junho	33,39	32,31	40,77	37,03	32,22	14,05	31,63	9,23
Setembro	25,52	27,56	30,21	34,83	0,39	14,07	22,10	12,69
Dezembro	21,98	23,17	25,91	31,48	-5,61	13,06	18,33	13,18
<b>1996</b>								
Março	20,05	21,24	23,75	23,62	-3,80	9,83	15,78	10,88
Junho	16,30	17,84	18,40	12,04	8,08	5,89	13,09	5,28
Setembro	12,98	13,11	14,24	10,68	14,29	3,34	11,44	4,18
Dezembro	9,12	10,03	11,34	9,56	17,31	3,90	10,21	4,32
<b>1997</b>								
Março	8,56	8,96	9,64	8,39	22,05	4,70	10,38	5,97
Junho	5,92	7,08	6,98	6,56	15,95	4,56	7,84	4,08
Setembro	4,38	4,59	6,68	7,35	12,69	4,39	6,68	3,21
Dezembro	4,34	4,83	7,23	6,81	17,71	4,02	7,49	5,18
<b>1998</b>								
Março	4,28	3,17	5,88	6,54	8,89	2,70	5,24	2,33
Junho	4,55	1,87	4,10	5,14	7,40	2,04	4,18	2,07
Setembro	3,16	0,05	2,98	3,69	6,60	0,43	2,82	2,39
Dezembro	2,49	-1,79	1,66	2,76	4,92	-0,26	1,63	2,37
<b>1999</b>								
Março	3,86	0,81	2,95	3,57	16,93	10,54	6,44	6,09
Abril	3,88	0,66	3,26	4,63	13,86	11,85	6,36	5,25
Junho	3,10	-0,50	3,44	4,52	11,49	13,31	5,89	5,35

Fontes: FIPE, IBGE e FGV.

O que se percebe nas colunas do lado direito é que, além de ter ocorrido uma diminuição geral da inflação, até o final de 1998, também houve, notadamente no período 1996/98, um processo de convergência entre os preços dos produtos sujeitos à concorrência internacional e os preços dos produtos não comercializáveis (contrastando com o que acontecera no ano de 1995, quando era elevada e ascendente a dispersão destes preços na economia brasileira).

Portanto, o principal elemento explicativo para a mudança no perfil distributivo pós-Real, qual seja, o processo de alteração dos preços relativos em favor dos bens e serviços não transacionáveis no mercado internacional, já mostrava nítidos sinais de esgotamento pelo menos desde meados de 1996,

o que parece ter sido decisivo para desacelerar a trajetória de melhoria do perfil de distribuição de renda do trabalho que havia ocorrido no imediato pós-Plano Real. Além disso, deve-se destacar que as trajetórias ascendentes dos rendimentos reais médios dos diversos segmentos dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros cessaram seu movimento ascendente já em meados de 1997, como decorrência da perda de dinamismo econômico que se abateu sobre o cenário econômico nacional.

No início de 1999, após a desvalorização cambial de janeiro, a média móvel de 12 meses de inflação aumenta, especialmente no caso de índices de preços por atacado da indústria e da agricultura, o que promove pressão adicional pela redução dos rendimentos médios reais do mercado de trabalho. Em junho, entretanto, já se verifica novo movimento de queda dos indicadores de inflação. Aumenta também, no início de 1999, a dispersão de preços (acompanhada de leve redução desta mesma dispersão já em meados de 1999). A natureza desta ampliação da dispersão de preços, porém, é diferente da que ocorrera nos primeiros anos após a implementação do Real. No caso atual, o que ocorre é uma recuperação dos preços dos produtos comercializáveis no mercado internacional, notadamente após a desvalorização cambial. A recessão que se abateu na economia brasileira desde 1998 tem impedido que as taxas de inflação voltem a crescer continuamente, mas a mudança de preços relativos decorrente da desvalorização cambial, em favor dos produtos *tradables*, foi notória, pelo menos no primeiro trimestre do ano. Os preços dos *non-tradables* permanecem relativamente estagnados por causa da demanda interna deprimida.

Dados os comentários feitos anteriormente relacionando a dispersão de preços relativos do pós-Real e a evolução do perfil distributivo, deve-se esperar que a natureza desta nova dispersão de preços (referimo-nos à que passa a ocorrer a partir de 1999) possa servir como um fator impulsionador de uma nova trajetória de deterioração dos perfis distributivos, posto que no caso atual, contrariamente ao que ocorreu no período 1994/96, a mudança de preços relativos da economia não favorece os rendimentos dos trabalhadores localizados na base da pirâmide distributiva brasileira.

Não se deve perder de vista, porém, que, mais do que a mudança que parece estar se operando nos preços relativos, o que deve estar promovendo nova deterioração no perfil distributivo brasileiro, a partir de 1998, é o forte

desaquecimento da atividade econômica, que se reflete em um significativo aumento das taxas de desemprego nas principais regiões metropolitanas brasileiras a partir de 1998, conforme mostram indicadores elaborados com diferentes metodologias. As Tabelas 11 e 12, formuladas, respectivamente, com dados da PED (DIEESE/Fundação SEADE) e da PME (IBGE), mostram os valores médios anuais das taxas de desemprego por metrópoles e também alguns valores mensais mais recentes, incluindo uma comparação entre o primeiro quadrimestre de 1999 e o primeiro quadrimestre de 1998 (no caso da PED, a comparação é entre o primeiro trimestre de 1999 e o primeiro trimestre de 1998). O que estas informações revelam é que, entre 1997 e 1998, as respectivas taxas de desemprego das diversas regiões metropolitanas aumentam significativamente, parecendo, inclusive, que, no ano de 1999, elas sinalizam estar atingindo um novo (e ainda mais elevado) patamar.

Tais resultados apontam uma perspectiva bastante negativa para a trajetória dos indicadores de distribuição de renda nos próximos anos. Ainda não há dados disponíveis para avaliar qual o efeito da recessão de 1998/99<sup>14</sup> sobre o perfil distributivo brasileiro, mas, a considerar o comportamento dos indicadores de distribuição de renda em dois outros momentos semelhantes da nossa história econômica recente, quais sejam, a recessão de 1981/83 e a de 1990/92 (Plano Collor), é de supor que pode estar havendo, desde 1998, uma deterioração adicional do perfil de distribuição da renda nacional.<sup>15</sup> Provavelmente, a trajetória recessiva da economia brasileira, mais do que a rediviva ampliação da dispersão de preços, é que deve estar impulsionando esta provável retomada da concentração da renda do trabalho.

Tabela 11  
Taxas de desemprego aberto (%) – Regiões metropolitanas

Regiões Metropolitanas					
São Paulo	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	Belo Horizonte	Recife

14 Além da evolução acima descrita das taxas de desemprego, podem-se invocar as taxas de variação do PIB real de 1998 e de 1999, bastante próximas de zero (ou, no caso de 1999, possivelmente até negativa), como argumentos para chamar estes anos de “recessivos”.

15 Além disso, deve-se novamente destacar o fato de que, conforme mostra a Tabela 6, em 1996 e em 1997, mesmo antes da explicitação destes fenômenos mais recentes, quais sejam, da recessão atual e da nova configuração da dispersão de preços relativos, a melhoria do perfil distributivo que havia ocorrido no pós-Real já se mostrava em processo de desaceleração.

Média 1991	11,63	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	14,93	15,45	14,26	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	14,68	15,17	12,33	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	14,30	14,62	11,34	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1995	13,16	15,47	10,68	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1996	14,97	16,95	12,91	n.d.	12,70	n.d.
Média 1997	15,72	17,81	13,36	21,44	13,23	19,15
Média 1998	18,18	19,26	15,54	24,68	15,58	21,43
Média jan./mar. 1998	17,30	19,27	13,73	23,20	14,40	20,90
Dez./98	17,40	19,90	17,30	24,2	16,30	20,40
Jan./99	17,80	20,70	17,20	n.d.	16,70	20,40
Média jan./mar. 1999	18,80	21,43	17,67	n.d.	17,13	20,90

Fonte: PED, Fundação SEADE/DIEESE.

Tabela 12  
Taxas de desemprego aberto (%) – Regiões metropolitanas

	Regiões Metropolitanas					
	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador	Recife
Média 1991	5,52	4,35	3,59	4,11	5,91	5,9
Média 1992	6,51	5,51	4,04	4,81	6,77	8,46
Média 1993	5,74	4,02	4,07	4,46	6,62	8,91
Média 1994	5,42	4,13	4,11	4,29	7,06	6,81
Média 1995	5,17	4,47	3,42	3,78	6,73	5,46
Média 1996	6,29	5,92	3,65	4,64	6,84	5,66
Média 1997	6,60	5,47	3,73	5,09	7,73	5,89
Média 1998	6,59	7,28	5,41	7,18	9,27	8,69
Média jan./abr. 1998	8,59	7,25	5,61	7,63	9,34	8,01
Dez./98	7,26	6,01	4,08	5,97	8,39	7,14
Jan./99	9,19	5,71	5,38	8,62	8,42	7,61
Média jan./abr. 1999	8,80	7,21	5,55	8,43	9,56	8,28

Fonte: IBGE (PME).

## Conclusões

Depois de ter sido objeto, na década de 70, de um fecundo debate, a questão distributiva brasileira passa, a partir da década de 80, a ocupar um espaço de pouco destaque no meio acadêmico. Isto aconteceu apesar da problemática da distribuição da renda passar a enfrentar, na década de 80, um enorme complicador: a economia havia perdido dinamismo e a inflação afetava principalmente as camadas de mais baixas rendas da sociedade. Dada

a premência com que os problemas deflagrados pela inflação persistente e alta tinham de ser enfrentados, os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos de oposição não puderam se debruçar sobre as questões de longo prazo e de caráter estrutural, como é claramente o caso da problemática da distribuição da renda. Além do mais, a política salarial foi sempre colocada como variável de ajuste da política econômica dos anos 80 e os reajustes salariais pela média de períodos anteriores acabavam invariavelmente consolidando, a cada novo plano econômico implementado, as perdas salariais provocadas pelos planos anteriormente fracassados. A agenda do país estava toda tomada pelo debate sobre a inflação, que seguia sem controle, varrendo os ganhos reais que algumas categorias de trabalhadores haviam conseguido na década de 70.

A implementação do Plano Real e a conseqüente estabilização inflacionária trouxeram novos elementos para o debate da distribuição de renda. *Os resultados apresentados neste artigo mostram que está muito claro que a estabilização por si só não garante melhoria consistente dos perfis distributivos. A forma como foi concebido o Real mostrou que o objetivo de distribuir renda não esteve presente em sua formulação. A pequena melhoria do perfil de distribuição de renda representou, na verdade, um resultado indireto provocado pelo plano. A melhoria verificada nos perfis distributivos, além de modesta e efêmera, deve ser atribuída a peculiaridades do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, conforme vimos, e a efeitos macroeconômicos decorrentes das características do plano de estabilização que entrou em vigor a partir de primeiro de julho de 1994.*

Na verdade, foram a valorização cambial e o aquecimento econômico que se seguiram à implementação da nova moeda que acabaram sendo os fatores detonadores da melhoria do perfil distributivo brasileiro. A mudança de preços relativos promoveu também uma mudança na estrutura de emprego, com o que também o perfil de rendimentos se alterou, especialmente porque os trabalhadores inseridos na base da pirâmide distributiva puderam se beneficiar momentaneamente do aquecimento da demanda interna e da mudança de preços relativos relacionada à valorização cambial.

Uma vez que, por um lado, a vulnerabilidade externa da economia brasileira foi se aguçando, em conseqüência, basicamente, da persistência da valorização cambial que caracterizou o Plano Real em seus primeiros anos, e, por outro lado, justamente como conseqüência das dificuldades enfrentadas

no setor externo, a economia brasileira passou a operar com altas taxas internas de juros (que, por sua vez, provocaram aumento do desemprego e queda da produção industrial), a fragilidade (e efemeridade) daquela trajetória positiva dos indicadores de distribuição de renda ficou explícita. Fica claro, portanto, que a estabilização inflacionária e o crescimento econômico, por si sós, não podem reverter os acentuados níveis de desigualdade de renda existentes na economia brasileira.

O debate atual sobre distribuição de renda está apenas se iniciando. Ainda são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre esta temática, dados obviamente o pouco período de tempo transcorrido desde a inauguração do Plano Real e também a peculiaridade do cenário macroeconômico atual, marcado por baixa inflação.

Sem embargo, uma análise dos dados já disponíveis mostra que os efeitos positivos provocados pela estabilização inflacionária sobre o perfil distributivo se esgotaram rapidamente e sequer foram suficientes para retomar patamares que já tinham sido atingidos no final dos anos 80 – apesar de aquele momento já representar um quadro social extremamente deteriorado, que se seguiu a uma década de baixo dinamismo econômico e inflação galopante.

O cenário recessivo que caracteriza a economia brasileira desde o final do ano de 1997 coloca condicionantes bastante adversos para a trajetória dos níveis de rendimentos do trabalho e também para a evolução dos perfis de distribuição de renda. Desde 1998, a queda dos rendimentos médios reais tornou-se evidente. Os dados de distribuição da renda total do trabalho por estratos, da PNAD de 1997, mostram que o perfil distributivo entre 1996 e 1997 ficou praticamente ‘congelado’. Estes resultados apontam para o caráter histórico-estrutural da concentração da renda no Brasil, e mostram que a reversão deste quadro não se faz sem medidas explícitas de combate às desigualdades.

A partir de 1998, é bastante possível que esteja ocorrendo novo processo de concentração de renda, repetindo fenômeno que caracterizou os períodos recessivos do início da década de 80 e também da década de 90. Devem-se avaliar com cautela os indicadores mais tradicionais de distribuição de renda (Gini, Theil, ou mesmo a distribuição de renda por decis) que deverão ser divulgados nos próximos meses, pois muitas vezes estes indicadores incluem apenas os trabalhadores com rendimentos, o que, no momento atual, de ampliação expressiva do contingente de trabalhadores

desempregados, pode mascarar a dimensão da desigualdade verdadeiramente existente. Ao comparar indicadores de concentração pessoal da renda de anos caracterizados por diferentes taxas de desemprego, deve-se ter cuidado para interpretar os resultados, que podem estar escondendo parte da magnitude da deterioração da desigualdade de renda, caso não inclua no cálculo os trabalhadores desempregados (renda nula). Parece que tal problema metodológico esteve presente em muitos dados que se dedicaram a medir a concentração de renda durante o Plano Collor. Quando eram tomados os indicadores de Gini de 1991 e 1992, por exemplo, e comparados ao do ano de 1990 ou ao de 1989, ficava a impressão de que, apesar da recessão daquele momento, a desigualdade estava diminuindo. Entretanto, ao comparar os indicadores de 1988 ou 1987 com os de 1993, ficava evidente que havia ocorrido uma deterioração dos perfis distributivos no início da década de 90.

Portanto, quando estiverem disponíveis os dados de concentração pessoal e funcional da renda relativos a 1998 e 1999, devem ser tomados os cuidados que os problemas metodológicos existentes na elaboração e cálculo destes índices exigem. A desestruturação do mercado de trabalho, nestes últimos dois anos, tem-se dado especialmente pelo aumento significativo do desemprego, conforme apontam tanto os dados do IBGE quanto os da Fundação SEADE para todas as regiões metropolitanas pesquisadas. A ampliação do contingente de pessoas inseridas no mercado de trabalho que auferem 'renda zero' (os desempregados, principalmente) é, na verdade, o principal fator de ampliação de desigualdades de renda pessoal na economia brasileira, especialmente se levarmos em conta que no Brasil, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, os mecanismos de transferência de renda relacionados a seguro-desemprego ou qualquer outro tipo de assistência social são, para dizer o mínimo, bastante incipientes. Ademais, as altas taxas de juros praticadas em 1997 e 1998 e mesmo em 1999 (apesar de lentamente declinantes), são também importante fator de deterioração da distribuição funcional da renda. Os dados atualmente disponíveis permitem supor que a partir de 1997 deve estar ocorrendo uma nova trajetória de concentração da renda no Brasil.

A modesta melhoria dos indicadores de concentração de renda pós-Real, e em especial a forma como ela se operou, ensinam que a estabilização inflacionária por si só não tem força para promover de forma significativa e consistente um processo de distribuição da renda na economia brasileira. Neste espaço, não se tem o objetivo de elencar ou sugerir medidas para a

reversão das desigualdades de renda na sociedade brasileira. Está muito claro, não obstante, que crescimento econômico e estabilização inflacionária são fatores necessários mas não suficientes para que os perfis distributivos sejam melhorados de forma duradoura no Brasil. A ruptura da trajetória de crescimento econômico sustentado que a implementação do Real parecia ensaiar coloca, portanto, problemas adicionais e muito graves para a reversão das elevadas desigualdades de renda presentes na economia brasileira.

Os resultados futuros dos indicadores de distribuição de renda dependerão da superação das restrições que o setor externo impõe para a retomada consistente do crescimento econômico e da forma como estas restrições serão superadas (se forem) pela política macroeconômica.

#### **Bibliografia**

- ARIDA, P. Observações sobre o Plano Real. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE (1997a).
- BARI, M. L. Três anos de Plano Real: uma reflexão sobre a política econômica do governo no contexto da globalização. In: MERCADANTE (1997a).
- BATISTA JÚNIOR, P. N. O Plano Real à luz das experiências mexicana e argentina. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 28, set./dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. O Brasil depois do Plano Real. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- BELLUZZO, L. G. Plano Real: do sucesso ao impasse. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. *Anatomia da distribuição de renda no Brasil: estrutura e evolução nos anos 90*. Campinas, jun. 1999. (Dissertação, Mestrado).
- COUTINHO, L. O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE (1997a).
- DELFIN NETTO, A. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE (1997a).
- \_\_\_\_\_. Opções de política econômica. *Economia Aplicada*, São Paulo, v.3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- DIEESE. Desigualdade e concentração de renda no Brasil. *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, n. 11, ago. 1995.

- \_\_\_\_\_. *Anuário dos Trabalhadores*. São Paulo, 1996/97.
- FRENKEL, R., DAMILL, M., FANELLI, J.M. De México a México: el desempeño de America Latina en los 90. *Revista de Economía Política* (64), v. 16, n. 4, out./dez. 1996.
- GONÇALVES, R. Desestabilização macroeconômica e incertezas críticas: o governo FHC e suas bombas de efeito retardado. In: MERCADANTE (1997a).
- \_\_\_\_\_. Distribuição de riqueza e de renda: alternativas para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- GONZÁLES, G. Distribuição de renda na Argentina. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, ago. 1998.
- GUIMARÃES, J. A. Política monetária e monetarismo: experiências brasileiras anteriores. In: MERCADANTE (1997a).
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e crescimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- LESBAUPIN, I. (Org.). *O desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- LIMA, J. H. S. Resgate da moeda: da origem ao real. In: MERCADANTE (1997a).
- MALAN, P., WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. In: TOLIPAN, R., TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MATTOS, F. A. M. *Estrutura ocupacional e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: anos 80*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, ago. 1994. (Dissertação, Mestrado).
- MATTOSO, J. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN (1999).
- MATTOSO, J., POCHMANN, M. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil dos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, jun. 1998.
- MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE (1997a).
- SAYAD, J. Observações sobre o Plano Real. In: MERCADANTE (1997a).
- \_\_\_\_\_. A política cambial do Plano Real. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- SINGER P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN & TINELLI (1978).

- \_\_\_\_\_. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: MERCADANTE (1997a).
- \_\_\_\_\_. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN (1999).
- TAVARES, M. C. A economia política do Real. In: MERCADANTE (1997a).
- TOLEDO, J. E. C. Políticas econômicas e estabilização no Plano Real. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 3, n. especial: Plano Real – Câmbio. mar. 1999.
- TOLIPAN, R., TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WANDERLEI, L. A., SANCHES, C. A. O Plano Real e o (des)ajuste macroeconômico. In: MERCADANTE (1997a).